



1. OBJETIVO DO ESTUDO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo fundamentar a contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de concurso público destinado ao preenchimento de cargos vagos no quadro de pessoal efetivo do Município de Icó, conforme estipulado pela Lei Municipal nº 1.271, de 11 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos no referido quadro e autoriza a realização do concurso público para suprir as vacâncias existentes.

Este estudo visa realizar uma análise detalhada das necessidades do Município de Icó no que diz respeito à oferta de vagas, abrangendo desde a elaboração e diagramação das provas, até a execução da logística necessária para a organização e aplicação do concurso. O objetivo principal é garantir que o processo seja conduzido de forma eficiente, transparente e em conformidade com as normas legais e os princípios da Administração Pública, assegurando a contratação de uma solução que atenda às exigências específicas do Município.

A justificativa para a realização do concurso público reside na necessidade urgente de preencher os cargos vagos, identificados a partir de auditorias e levantamentos internos, que comprometem a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população de Icó. O concurso também visa atender ao planejamento estratégico do Município, alinhando-se às metas de modernização e reestruturação da administração pública municipal, buscando otimizar o funcionamento de diversos setores essenciais.

O Estudo Técnico Preliminar tem como propósito, portanto, garantir que todas as etapas do concurso público sejam executadas de forma estruturada, visando a reposição de servidores efetivos conforme as determinações da Lei Municipal nº 1.271/2025 e as diretrizes do Termo de Ajustamento de Conduta, caso existam. Além disso, o estudo servirá como base para a elaboração do Termo de Referência, contemplando as especificações necessárias para a contratação, e para assegurar que a viabilidade técnica, socioeconômica e administrativa da realização do concurso seja devidamente analisada.

Este estudo é crucial para a transparência e legalidade do processo de contratação, garantindo que as contratações estejam em conformidade com a legislação vigente e as necessidades reais do Município de Icó, e que as etapas de planejamento e execução sejam rigorosamente observadas.

2. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo fundamentar a contratação de empresa especializada para a realização de concurso público no Município de Icó, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.271/2025. Essa Lei autoriza a criação de cargos no quadro de pessoal efetivo e a realização do concurso para o preenchimento das vagas existentes. A necessidade de preenchimento dessas vagas é urgente, uma vez que auditorias internas identificaram lacunas significativas que comprometem o bom funcionamento da administração pública local.

A realização do concurso visa, além de suprir a carência de servidores, atender ao planejamento estratégico da gestão municipal, buscando melhorar a eficiência dos serviços prestados à população. O ETP é essencial para garantir que o processo de contratação seja conduzido de maneira transparente, legal e alinhada aos princípios da Administração Pública, como eficiência e moralidade.

Este estudo servirá como base para a elaboração do Termo de Referência, detalhando as especificações e requisitos da contratação, e avaliando a viabilidade técnica, operacional e financeira da realização do

concurso. Dessa forma, o ETP visa assegurar que o processo seja realizado de forma eficaz, garantindo a reposição adequada de servidores e o fortalecimento da administração pública municipal.



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de contratação de empresa especializada para a realização de concurso público no Município de Icó surge da identificação de vacâncias significativas em diversos cargos no quadro de pessoal efetivo da Administração Municipal. A ausência de servidores em funções essenciais compromete a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população, impactando diretamente em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura, que são de fundamental importância para o bem-estar coletivo.

A contratação objetiva, portanto, resolver o problema da escassez de servidores, promovendo a reposição adequada e a recomposição do quadro de pessoal efetivo, em conformidade com as exigências legais e as necessidades do Município. A ausência de preenchimento dessas vagas tem gerado sobrecarga de trabalho para os servidores ativos, dificultando o desempenho das funções públicas e, consequentemente, prejudicando o atendimento à população.

Sob a perspectiva do interesse público, a realização do concurso público é uma medida necessária para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, garantindo a legalidade e a transparência no processo seletivo. Além disso, o concurso contribuirá para o fortalecimento da Administração Pública, permitindo a seleção de servidores qualificados para ocupar os cargos vagos, respeitando os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, e eficiência na gestão pública.

Em consonância com o disposto no Art. 18, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigação de justificar a contratação com base na necessidade de atender ao interesse público, a presente contratação visa assegurar a boa gestão dos recursos humanos da Administração Municipal, proporcionando a correta alocação de pessoal qualificado para os serviços essenciais, contribuindo para a melhoria da prestação de serviços à comunidade de Icó.

3.1 DA ESCOLHA POR CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO: ART. 75, INC. XV, DA LEI 14.133/2021

Em consonância com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos administrativos pela Administração Pública, a regra geral é que a realização de obras, serviços, compras e alienações deve passar por processo licitatório. Contudo, a Lei nº 14.133/2021 prevê exceções à obrigatoriedade de licitação, como as contratações diretas por dispensa de licitação, previstas no art. 75, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74.

A contratação direta por dispensa de licitação no presente caso está fundamentada pelo art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como dispensáveis as licitações para a contratação de **instituições brasileiras** que tenham por finalidade estatutária **apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, e estímulo à inovação**, inclusive para gerir administrativa e financeiramente tais atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.

Justificativa da Contratação Direta

A contratação de uma instituição especializada para a realização do concurso público no Município de Icó, conforme previsto pela Lei Municipal nº 1.271/2025, busca atender à necessidade de realizar um certame para o provimento de cargos públicos no município. Este processo visa ao **desenvolvimento institucional**, como preconiza a Lei nº 14.133/2021, que entende o desenvolvimento institucional como ações de aprimoramento da gestão pública, com vistas a melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos, alinhando-se aos princípios constitucionais de **eficiência** (art. 37, da CF) e **economicidade**.

Portanto, a realização do concurso público é uma ação que contribui diretamente para o desenvolvimento institucional da Administração Pública Municipal, ampliando sua capacidade operacional e institucional, conforme previsto no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Análise do Marco Legal

As exceções à obrigatoriedade da licitação, como a dispensa prevista no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, são justificadas pela conveniência administrativa de promover a contratação direta de **instituições especializadas** que atendem a requisitos técnicos e éticos imprescindíveis para a realização dos serviços. No caso do Município de Icó, a necessidade de realizar o concurso público requer a contratação de uma instituição com expertise comprovada, o que viabiliza uma execução mais ágil e eficiente do processo seletivo, sem comprometer a qualidade e a transparência do certame.

Instituição Brasileira

A contratação está sendo proposta para uma instituição brasileira que atua de acordo com os parâmetros legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. A expressão "instituição brasileira" refere-se a qualquer entidade legalmente constituída e registrada no país, que opere dentro das exigências da legislação brasileira. A instituição contratada deverá cumprir rigorosamente todas as normas relacionadas à execução de concursos públicos e a gestão dos processos seletivos de maneira transparente e eficiente, o que justifica a escolha da contratação direta.

Inexistência de Fins Lucrativos

A instituição contratada para a realização do concurso público deverá ser **sem fins lucrativos**, conforme exige o art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021. Isso significa que qualquer superávit gerado durante a execução do contrato deverá ser reinvestido nas suas atividades institucionais, sem que haja distribuição de lucros entre os seus associados. A comprovação de que a entidade possui essa característica pode ser feita por meio da análise de seus documentos constitutivos, como o **estatuto social**, que evidencie a ausência de fins lucrativos.

Desenvolvimento Institucional

O serviço de realização de concurso público se enquadra perfeitamente no conceito de **desenvolvimento institucional**, conforme definido no art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021. O concurso visa aprimorar o quadro de pessoal do Município de Icó, promovendo a ampliação da capacidade administrativa e operacional da Administração Pública, com o objetivo de garantir uma gestão pública mais eficiente e capaz de atender de forma mais qualificada as demandas da população.

Reputação Ético-Profissional da Instituição Contratada

A contratação será realizada com uma instituição que comprove ter **inquestionável reputação ético-profissional**, requisito previsto no art. 75, inciso XV da Lei nº 14.133/2021. A entidade deverá apresentar um histórico comprovado de boas práticas e excelência na execução de processos seletivos, com a garantia de transparência, imparcialidade e conformidade com as normas legais e éticas vigentes. A análise dessa reputação será realizada por meio de **currículos institucionais e certificados** que atestem sua competência e idoneidade para a realização do concurso público.

Comprovação da Razoabilidade do Preço

A **razoabilidade do preço** proposto para a contratação será comprovada, conforme previsto na legislação, por meio da análise dos valores de mercado e dos custos operacionais envolvidos na execução do concurso. A Administração Municipal assegurará que os preços cobrados pela instituição contratada estejam compatíveis com os valores de mercado para a realização de certames semelhantes, garantindo a **economicidade** e a **eficiência** do processo. Essa análise será realizada de forma detalhada para evitar qualquer possibilidade de superfaturamento e garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável.

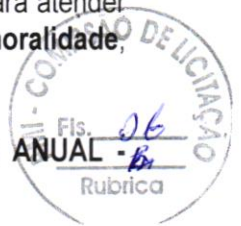
Intuito Personae e Vedação à Subcontratação

A contratação será feita de forma **intuito personae**, ou seja, a escolha da instituição será pautada nas qualidades e competências específicas da entidade contratada, que se destacam pela sua reputação ético-profissional e sua capacidade técnica para organizar e executar o concurso público. Em princípio, a subcontratação e a terceirização não serão permitidas, conforme preconiza a legislação, salvo em situações excepcionais e justificadas, em que a subcontratação de serviços complementares seja necessária para a execução completa do objeto contratual.

Diante do exposto, a contratação direta por dispensa de licitação para a organização e realização do concurso público no Município de Icó é plenamente justificável, conforme os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente pelo art. 75, inciso XV. A escolha da entidade especializada, sem fins

lucrativos e com inquestionável reputação ético-profissional, garantirá a realização de um certame eficiente, transparente e alinhado aos princípios da Administração Pública, beneficiando tanto os candidatos quanto a própria gestão municipal. Assim, a contratação direta é a alternativa mais adequada e eficiente para atender às necessidades do Município de Icó, assegurando o cumprimento dos princípios da **legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade**, conforme a legislação vigente.

4. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA



A contratação de empresa especializada para a realização do concurso público no Município de Icó visa atender a uma necessidade urgente de reposição de cargos vagos no quadro de pessoal efetivo da administração municipal, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.271/2025, que autoriza a criação de novos cargos e a realização do certame para o seu preenchimento.

No entanto, não há previsão específica para a contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Icó, em razão da aprovação da referida Lei Municipal após a elaboração do plano para o exercício vigente. A Lei Municipal nº 1.271/2025, que autoriza a criação de cargos e a realização do concurso público, foi sancionada após o período de elaboração e aprovação do Plano de Contratações Anual, o que impossibilita sua inclusão no planejamento anterior.

Dessa forma, a ausência de previsão no PCA não configura uma inconformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, pois a situação demandada pela Lei Municipal nº 1.271/2025 é emergente e específica, surgindo posteriormente à definição do planejamento anual. Em conformidade com o Art. 18, § 1º, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a contratação se justifica por ser uma medida imprescindível para o funcionamento eficiente da Administração Municipal, garantindo a reposição de servidores essenciais para a continuidade dos serviços públicos.

Assim, a necessidade de realização do concurso público, em virtude da criação de cargos pela Lei Municipal nº 1.271/2025, será adequadamente tratada de forma excepcional, considerando a urgência e a relevância do processo para o interesse público, sendo justificada pela demanda emergente e a nova normatização municipal, que não pôde ser contemplada no PCA previamente aprovado.

5. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

REQUISITOS ESSENCIAIS

1. Equipe Multidisciplinar e Metodologias Ágeis:

- A contratada deverá disponibilizar uma equipe qualificada e multidisciplinar, incluindo profissionais com experiência comprovada em concursos públicos.
- A adoção de metodologias ágeis deverá ser um critério para maximizar os resultados, com foco na inovação e personalização das soluções, para garantir a eficiência e a transparência do processo.

2. Cumprimento do Termo de Referência e Contrato:

- A contratada deverá cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, que será elaborado pelo setor requisitante do município, bem como as especificações e cláusulas contratuais.
- A contratada assumirá os riscos e despesas decorrentes da execução do contrato, sendo responsável pela integridade e precisão de todos os serviços realizados.

3. Fidelidade ao Cronograma de Execução:

- A execução das atividades pela contratada deverá seguir estritamente o cronograma estabelecido, com atualizações periódicas.

- o Caso haja intercorrências que comprometam os prazos, a contratada deverá informar imediatamente à fiscalização do contrato, com justificativa plausível e o impacto estimado no prazo de execução.

4. Natureza do Serviço e Possibilidade de Prorrogação:

- o O serviço será considerado não contínuo e com escopo predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que haja justificativa, conforme o inciso XVII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, para garantir a conclusão do concurso público no prazo estipulado.
- o A contratada não precisará alocar permanentemente sua mão de obra nas dependências do município, respeitando a ausência de dedicação exclusiva.

5. Prazo de Execução e Vigência do Contrato:

- o O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses ou até a conclusão do objeto, conforme o cronograma de execução do concurso público.
- o A contratada deverá realizar a execução do contrato de acordo com um prazo razoável e de acordo com os marcos estabelecidos, respeitando a necessidade de uma gestão eficiente do tempo.

CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA A CONTRATAÇÃO:

1. Documentação e Habilitação:

- o A empresa contratada deverá apresentar a documentação exigida pelos artigos 62, 66, 67 e 68 da Lei Federal 14.133/2021, incluindo a habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista.
- o A comprovação de qualificação e capacidade técnica será essencial, demonstrando experiência em organização de concursos públicos de similar complexidade.

2. Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

- o A contratada deverá demonstrar o compromisso com a sustentabilidade, incluindo práticas de gestão ambiental, responsabilidade social e eficiência econômica durante a execução do concurso público.
- o Medidas como redução de impactos ambientais, gestão eficiente de recursos e inclusão social devem ser integradas ao planejamento e execução dos serviços.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

De acordo com a **Lei Municipal nº 1.271/2025**, o município de **Icó** autoriza a realização de concurso público para o preenchimento de **88 vagas diretas**, distribuídas entre os **níveis de escolaridade** conforme detalhado abaixo:

- **71 vagas** para cargos de **nível médio**;
- **17 vagas** para cargos de **nível superior**.

ITEM	CARGO	QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO	CARGA HORÁRIA	VAGAS DIRETAS
1	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Ensino Médio Completo e Residir na Área de Atuação Desde a Publicação do Edital	40 h/s	24
2	AGENTE DE ENDEMIAS	Ensino Médio Completo	40 h/s	12
3	AGENTE DE TRÂNSITO	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria AB	40 h/s (ou plantão)	10



4	ENGENHEIRO AMBIENTAL	Ensino Superior Completo em Engenharia Ambiental e Registro no Conselho de Classe Competente	40 h/s	02
5	ENGENHEIRO CIVIL	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil e Registro no Conselho de Classe Competente	40 h/s	02
6	ENGENHEIRO FLORESTAL	Ensino Superior Completo em Engenharia Florestal e Registro no Conselho de Classe Competente	40 h/s	02
7	ENGENHEIRO ELÉTRICO	Ensino Superior Completo em Engenharia Elétrica e Registro no Conselho de Classe Competente	40 h/s	02
8	FARMACÊUTICO	Ensino Superior Completo em Farmácia e Registro no Conselho de Classe Competente	40 h/s	03
9	FISCAL AMBIENTAL	Ensino Médio Completo	40 h/s	04
10	FISCAL SANITÁRIO	Ensino Médio Completo	40 h/s	04
11	FISCAL DE TRIBUTOS	Ensino Médio Completo	40 h/s	02
12	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no Conselho de Classe Competente	30 h/s	02
13	GUARDA MUNICIPAL	Ensino Médio Completo	40 h/s (ou plantão)	15
14	PSIQUIATRA	Ensino Superior Completo em Medicina com Residência Média em Psiquiatria e Registro no Conselho de Classe Competente	20 h/s	02
15	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho de Classe Competente	30 h/s	02

*O cargo de Guarda Municipal terá reserva de 10% (dez por cento) das vagas para candidatas do sexo feminino, conforme Lei Municipal nº 839/2013.

ITEM	CARGO	ATRIBUIÇÕES
1	 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Cadastrar todas as famílias em sua área de atuação; realizar uma visita mensal para avaliar as condições de vida familiar; manter controle mensal do peso e medida das crianças de até (05) cinco anos de idade; acompanhar e verificar cartão de vacinação das crianças; orientar a comunidade quanto a prevenção de doenças infecciosas e respiratórias; orientar e ensinar o uso de terapias de reidratação oral, no caso de diarreias; incentivar o aleitamento materno; identificar gestantes e encaminhá-las para o pré-natal e acompanhar as consultas médicas mensalmente, inclusive a vacinação antitetânica; identificar gestantes, crianças e idosos desnutridos, para mensalmente suplementar a alimentação com farinha multimistura; orientar mulheres na prevenção do câncer de mama e colo de útero, encaminhando-as para exames de controle da Unidade Básica de Saúde; orientar as famílias no planejamento familiar; orientar a comunidade na prevenção das DST's; Assistir os doentes em tratamento nos Centros de Saúde do Município; orientar a comunidade na saúde ambiental; orientar a população sobre doenças endêmicas; atuar conjuntamente com a equipe de saúde na prevenção da dengue. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
2	AGENTE DE ENDEMIAS	controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica, identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável, divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas, realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças, cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças, execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores, execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças, registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS, Mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
3	AGENTE DE TRÂNSITO	Orientar e fiscalizar o cumprimento da legislação de trânsito e demais demandas advindas das diversas áreas do Município, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação municipal; E patrulham ostensivamente as rodovias e vias mantendo a fluidez e segurança do trânsito fiscalizando o cumprimento das leis de trânsito; Exercem outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

4	ENGENHEIRO AMBIENTAL 	Elaborar e implantar projetos ambientais; Implementar ações de controle de emissão de poluentes; Administrar resíduos e procedimentos de remediação; Analisar projetos para emissão das mais diversas licenças ambientais; Atuar com atividades que visam a manutenção do meio ambiente, como a administração do tratamento de esgoto, a distribuição de água, o descarte de lixo, o desenvolvimento de técnicas para prevenção do meio ambiente, além da avaliação dos impactos de obras, a elaboração de laudos técnicos e planejamentos energéticos; Exercer outras atividades e tarefas correlatas.
5	ENGENHEIRO CIVIL	Desenvolver projetos de engenharia; executar obras; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços; dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica; Realizar estudos de viabilidade técnico- econômica; prestar assistência, assessoria e consultoria; Realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Desempenhar atividades de análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; Elaborar orçamentos; Realizar atividades de padronização, mensuração, e controle de qualidade; Executar e fiscalizar obras e serviços técnicos; conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Elaborar projetos, assessorando e supervisionando a sua realização; Orientar e controlar processo de produção ou serviço de manutenção; Projetar produtos; instalações e sistemas; Pesquisar e elaborar processos. Exercer outras atividades e tarefas correlatas.
6	ENGENHEIRO FLORESTAL	Supervisionar, coordenar, planejar ou executar projetos com vistas às seguintes atividades: criação de parques e hortos florestais, classificar e analisar a capacidade de uso. Redistribuição, conservação e fertilização do solo para fins de conservação: divulgar os processos de defesa florestal através de campanhas educacionais: orientar sobre a preservação, planejar normas técnicas para conservação, reflorestamento, adensamento. Proteção e manejo de florestas; emitir pareceres em matéria de sua especialidade. Realizar vistorias e formalizar pareceres sobre o Licenciamento Ambiental, avaliar empreendimentos e atividades de impacto ambiental local. Aprovação da implantação de empreendimentos e instalações para fins industriais e parcelamentos do solo de qualquer natureza, conceder autorização ou licenciamento para a instalação das atividades utilizadoras de recursos ambientais e com potencial poluidor: promover a identificação e o mapeamento das áreas críticas de poluição e as ambientalmente frágeis, visando o correto manejo das mesmas. Fazer cumprir a legislação que regulamenta a preservação do meio ambiente, estudo ambiental e respectivo impacto relacionado a localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, expedir licenças ambientais e florestais.

7	 ENGENHEIRO ELÉTRICO	Projetar, planejar e especificar sistemas e equipamentos elétricos e eletrônicos, coordenar empreendimentos, estudar e executar serviços, e analisar a execução de processos elétricos e eletrônicos. Estudar as condições requeridas para o funcionamento das instalações de geração e distribuição de energia elétrica, da maquinaria e aparelhos elétricos e de outros implementos elétricos, analisando-os e decidindo as características dos mesmos, para determinar tipo e custos dos projetos; Executar trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, realizando estudos pertinentes para orientar na solução de problemas de engenharia elétrica; Projetar instalações e equipamentos, preparando desenhos e especificações, indicando os materiais a serem usados e os métodos de fabricação, para determinar dimensões, volume, forma e demais características; Fazer estimativa dos custos de mão de obra, dos materiais e de outros fatores relacionados com os processos de instalação, funcionamento, manutenção ou reparação, para assegurar os recursos necessários à execução dos projetos; Supervisionar as tarefas executadas pelos trabalhadores envolvidos no processo, acompanhando as várias etapas, inspecionando os trabalhos acabados e prestando assistência técnica, para assegurar a observância das especificações de qualidade e segurança; Estudar, propor ou determinar modificações no projeto ou nas instalações e equipamentos em operação, analisando problemas ocorridos na fabricação, falhas operacionais ou necessidade de aperfeiçoamento tecnológico, para assegurar o melhor rendimento e segurança dos equipamentos e instalações elétricas;
8	FARMACÊUTICO	Fazer a manipulação dos insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura; subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico; controlar entorpecentes e produtos equiparados; analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração ou seus insumos; analisar soros e outras substâncias; fazer análises clínicas de exodatos e transudatos humanos; realizar estudos, análises e testes com plantas medicinais; proceder a análise de peças anatômicas, substâncias suspeitas de estarem envenenadas; efetuar análises bromatológicas de alimentos; fazer manipulação, análise, estudos de reações e balanceamento de fórmulas de cosméticos; atuar junto aos demais elementos da área da saúde; manipular o receituário e venda de produtos manufaturados. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
9	FISCAL AMBIENTAL	Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promover educação sanitária e ambiental. Exercer outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

10	FISCAL SANITÁRIO	Visitar domicílios; dialogar com a população; observar o ambiente físico, avaliar as condições de higiene; verificar a existência de animais; observar o relacionamento entre os membros da família; detectar problemas (saúde e social); acompanhar doentes, portadores de doenças crônicas degenerativas, encaminhar para o serviço de saúde; verificar obediência à prescrição médica e controlar as condições de armazenamento de medicamentos no domicílios; aferir pressão arterial (em alguns casos); identificar casos de violência doméstica e avaliar as condições de saúde dos animais; orientar a comunidade para a promoção da saúde; orientar o paciente sobre o tratamento médico, orientar família sobre cuidados com pacientes, orientar família sobre vacinas; orientar a família na prevenção de acidentes domésticos; orientar família sobre alimentação; orientar sobre direitos e órgãos competentes; assistir aos pacientes; acionar os profissionais de saúde quando necessário; marcar consultas para os pacientes; acionar os órgão públicos em casos de negligência; acompanhar vista do médico; acompanhar pacientes nos deslocamentos internos e externos; encaminhar dieta para diabéticos e hipertensos; recepcionar pacientes na unidade de saúde; rastrear focos de doenças específicas; visitar o local do foco (casa, escola e bairro), verificando as condições do local, fontes de risco, chegar informações, informar os órgãos competentes; informar à coordenação situações adversas para que quando necessário acione a fiscalização sanitária; coletar material e dados in loco para análise (água), monitorar resultados de exames e convocar pacientes; promover educação sanitária e ambiental; orientar sobre o uso da água, condições de higiene, conservação de alimentos, tratamento e limpeza de caixa d'água, construção de foça, disposição de lixo e coleta seletiva e conscientizar sobre a criação de animais; participar de campanhas preventivas; participar das campanhas de vacinação, preparar material de apoio, distribuir material educativo, preservativos, material preventivo (cloro e escova de dentes), realizar cloração de água (preparo para colocação nos poços); convidar para participação de palestras; incentivar atividades comunitárias; organizar grupos de apoio; participar de reuniões profissionais, com profissionais da saúde, treinamentos específicos (coragem de água, banco de leite e outros), grupo de estudo (projetos e/ou temas específicos), assistir aos cursos de capacitação; executar tarefas administrativas; utilizar recursos de informática; cadastrar as famílias; planejar roteiro de visitas e (projetos e/ou temas específicos), assistir aos cursos de capacitação; executar tarefas administrativas; utilizar recursos de informática; cadastrar as famílias; planejar roteiro de visitas e realizar mapeamentos da área; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
----	---	--

11	 FISCAL DE TRIBUTOS	Fiscaliza o Alvará de funcionamento nas empresas do município, sendo este serviço classificado como um serviço burocrata. Autoridade fiscal do município, responsável pela identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e posterior lançamento do tributo. Atua com IPTU (imposto predial e territorial urbano); ISSQN(imposto sobre serviços de qualquer natureza); ITBI "inter vivos" (imposto sobre transmissão de bens imóveis); Taxas como coleta de lixo, fiscalização, contribuição de melhorias e taxas de localização e funcionamento - Alvará. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
12	FONOAUDIÓLOGO	Realizar tratamento fonoaudiológico para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes e clientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Avaliar pacientes e clientes; realizar diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades técnico- científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Exercer outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
13	GUARDA MUNICIPAL	de lazer do município, dos parques ambientais e dos sítios históricos, das praças, das atividades de natureza turística, cultural e artística, do atendimento do salvamento aquático nas áreas de rios e lagoas balneáveis, do atendimento pela defesa civil nas situações de catástrofe, sinistros, entre outras situações emergenciais. Ser encarregado de atividade de polícia administrativa, objetivando disciplinar direitos e liberdades individuais em favor de interesse público, tais como: zelar pela segurança da prefeitura, dos gestores, dos próprios munícipes e das instalações dos serviços municipais; exercer a vigilância nos logradouros públicos; preservar a moralidade e o sossego público; assegurar o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos; proteger a arborização pública, a rede de iluminação, monumentos e outras obras afins; colaborar com as autoridades federais e estaduais no que lhe couber, auxiliar no serviço administrativo e conduzir veículo conforme habilitação; atuar em colaboração com órgãos estaduais e federais mediante solicitação, assim como atender situações excepcionais; atender a população em eventos danosos em auxílio à Defesa Civil, aos Conselhos Municipais em apoio, notadamente, o Tutelar, além de autoridades competentes do Município, do Estado e da União, conforme assim e para tal seja destacada; participar de maneira ativa nas comemorações cívicas, festejos e fatos programados pelo Município, destinados a exaltação do patriotismo e civismo. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

14	PSIQUIATRA 	Realizar atendimento na área de psiquiatria, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes, atender e acompanhar pacientes portadores de enfermidades inerentes à especialidade, dentro dos padrões exigidos. Prescrever tratamento, participar de programas voltados para a saúde pública, realizar observações em clínicas psiquiátricas e elaborar laudo psiquiátrico correspondentes, com diagnóstico e indicação terapêuticas, executar outras tarefas inerentes à função, desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando os meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim.
15	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Avaliar funções e atividades; Analisa condições dos pacientes e clientes; Realizar diagnósticos; Atuar na orientação de pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; Desenvolve, ainda, programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida; Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente; Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional. Executar outras atividades correlatas.

Conforme preconizado no Art. 18, § 1º, Inciso IV, da **Lei nº 14.133/2021**, é essencial apresentar uma **estimativa das quantidades de serviços e materiais** necessários para a realização do concurso, que será acompanhada das respectivas **memórias de cálculo e documentos de suporte**, detalhando a quantidade de candidatos esperados, cargos ofertados e serviços a serem contratados.

Objetivo da Estimativa

A estimativa visa garantir que os serviços necessários para a execução do concurso público sejam dimensionados adequadamente, proporcionando um planejamento eficiente para a contratação, execução e logística. As áreas a serem contempladas pela estimativa incluem, mas não se limitam a:

- **Quantidade de candidatos** esperados, com base nas vagas e cargos ofertados;
- **Quantidade de materiais** necessários, como provas, convocações, cartões de inscrição e documentos de resultado;
- **Quantidade de serviços** necessários para a execução do concurso, como diagramação, impressão, aplicação de provas, correção e certificação dos candidatos.

Metodologia Utilizada

1. **Análise das Necessidades do Município:** Foi realizado um levantamento junto às áreas requisitantes para definir as quantidades e tipos de serviços necessários, como diagramação de provas, impressão de documentos e logística de aplicação das provas. Este levantamento permitiu identificar as especificidades dos cargos e as necessidades do município para o concurso de 2025.
2. **Histórico de Concursos Anteriores:** O município de Icó realizou o último concurso público em 2014 (Concurso nº 001/2014), com um total de 559 vagas oferecidas e aproximadamente 22.360 inscritos. A média de 40 candidatos por vaga foi observada nesse concurso e serviu como base para a estimativa de candidatos para o concurso de 2025.
 - Considerando as **88 vagas diretas** e a distribuição por nível de escolaridade, estima-se que o número total de candidatos será de aproximadamente **3.520 candidatos**, com a média de **40 candidatos por vaga**.
3. **Agrupamento de Serviços e Economia de Escala:** Identificou-se a possibilidade de **economia de escala** ao agrupar serviços correlatos, como diagramação e impressão, além da exploração de

parcerias para otimizar a logística e garantir a redução de custos. Consolidar esses serviços permitirá negociações mais vantajosas com fornecedores, além de gerar eficiência no processo de execução do concurso.

4. **Consultoria Especializada:** Para garantir maior precisão nas estimativas, foi buscada orientação de **profissionais especializados** em concursos públicos, que forneceram informações sobre as melhores práticas para a execução de concursos em municípios de porte médio, ajustando os quantitativos de serviços e materiais necessários.

Memórias de Cálculo e Documentos de Suporte

A memória de cálculo será composta pelos seguintes elementos:

1. **Quantitativo de Candidatos por Vaga:**

- Com base no histórico do concurso realizado em Icó em 2014, a média de **40 candidatos por vaga** foi considerada. Assim, para as **88 vagas diretas** distribuídas entre os níveis fundamental, médio e superior, estima-se que o número total de candidatos será de **3.520 candidatos**, conforme segue a distribuição:
 - **71 vagas de nível médio** x 40 candidatos = **2.840 candidatos**;
 - **17 vagas de nível superior** x 40 candidatos = **680 candidatos**.

2. **Quantidade de Serviços de Diagramação e Impressão:**

- **Diagramação do edital, provas e outros documentos:** Estima-se a diagramação de cerca de **1.000 páginas** (incluindo edital, provas e convocação).
- **Impressão de provas, cartões de inscrição, convocações e documentos de resultado:** A estimativa de **3.520 exemplares** (de acordo com o número de candidatos esperado) inclui a impressão das provas, cartões de inscrição, convocação e documentos de resultado.

3. **Logística e Aplicação das Provas:**

- A previsão é que as provas sejam aplicadas em **5 locais** de aplicação, com a distribuição dos **3.520 candidatos** nesses locais. Serão necessários materiais como **mesas, cadeiras, material de apoio e transporte**, conforme a quantidade de candidatos e a infraestrutura necessária para os locais de aplicação.

4. **Correção e Certificação das Provas:**

- O processo de **correção das provas** será realizado por meio de **sistemas informatizados** ou por equipes especializadas. A quantidade de provas a serem corrigidas será de **3.520 provas**.
- Além disso, será necessário emitir **certificados** de aprovação e resultados para os candidatos aprovados.

5. **Oportunidades de Economia de Escala:**

- A centralização da contratação de fornecedores para os serviços de diagramação, impressão, aplicação e logística de provas permitirá uma **redução de custos unitários**. Isso ocorre pela **consolidação de serviços**, o que gera um aumento no volume do serviço contratado e possibilita negociações mais vantajosas com os fornecedores.

A estimativa das quantidades de contratação, com base nas diretrizes da Lei Municipal nº 1.271/2025 e nas orientações da Lei nº 14.133/2021, é essencial para garantir a correta execução do concurso público de Icó. A metodologia adotada, que combina análise histórica, orientações especializadas e identificação de oportunidades de economia de escala, permitirá que o processo seja eficiente, transparente e economicamente vantajoso para o município, atendendo às necessidades locais e cumprindo os requisitos legais previstos.

Resumo das Vagas e Estimativa de Candidatos:

- **Nível Fundamental:** 15 vagas x 40 candidatos/vaga = **600 candidatos**;
- **Nível Médio:** 56 vagas x 40 candidatos/vaga = **2.240 candidatos**;
- **Nível Superior:** 17 vagas x 40 candidatos/vaga = **680 candidatos**.

Total estimado de candidatos: 3.520 candidatos.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, foi realizado um levantamento de mercado para identificar as alternativas mais eficazes e econômicas para a contratação de serviços técnicos destinados à organização e aplicação de provas para concursos públicos.

Este processo visa garantir que a Administração Pública escolha a opção que melhor atenda às suas necessidades, considerando qualidade, custo, eficiência e inovação.

Estratégias Adotadas para o Levantamento de Mercado:

1. **Análise de Contratações Similares:** Revisão de contratos efetuados por outros órgãos públicos e entidades, tanto no âmbito municipal quanto estadual e federal, para identificar melhores práticas, metodologias e tecnologias aplicadas no campo de concursos públicos, com o objetivo de trazer soluções mais modernas e eficientes para o Município de Icô, aproveitando as experiências exitosas de outros órgãos.
2. **Consulta Pública:** Implementação de consultas públicas eletrônicas com a participação de empresas especializadas, com o intuito de obter propostas claras e detalhadas sobre os serviços oferecidos, possibilitando maior transparência e competitividade na escolha da solução mais adequada.
3. **Comparação de Opções:** Avaliação detalhada dos custos e benefícios das diversas opções de serviços, considerando a eficiência operacional, a segurança do processo seletivo, e os custos envolvidos. A análise levou em consideração os valores estimados para o número de vagas e candidatos previstos no concurso, garantindo uma escolha que fosse tanto eficaz quanto econômica.
4. **Exploração de Alternativas Logísticas:** Pesquisa por alternativas logísticas que possam reduzir custos operacionais e otimizar a realização do concurso público. O objetivo é identificar soluções que ofereçam a melhor relação custo-benefício, considerando todos os aspectos logísticos, como impressão, transporte e aplicação das provas.

SOLUÇÕES ENCONTRADAS:

Solução 1: Serviços Integrados de Concurso Público

- **Descrição:** Pacote completo que inclui planejamento, elaboração de provas, diagramação, impressão, logística e aplicação. Utilizando tecnologia de ponta para garantir segurança, transparência e eficiência em todas as etapas do processo seletivo.
- **Preço Estimado:** Considera o número de inscrições para o concurso, atendendo a todas as etapas e processos necessários para a realização do certame de forma eficiente, desde o planejamento até a aplicação das provas.

Solução 2: Serviços Modulares de Concurso Público

- **Descrição:** Oferece serviços modulares, permitindo à Administração escolher especificamente os serviços necessários para o concurso. Esta opção permite personalizar o pacote conforme as demandas do Município, com flexibilidade para ajustar os serviços e os custos.
- **Preço Estimado:** Varia conforme os módulos escolhidos, sendo a estimativa baseada no número de inscrições deferidas e na escolha específica dos serviços.

Solução 3: Execução Interna pelo Município

- **Descrição:** O próprio Município de Icô organiza e executa todo o concurso público internamente. Isso envolve a criação de uma equipe técnica própria que será responsável por todas as etapas do concurso, incluindo o planejamento, a elaboração das provas, a diagramação, a impressão e a aplicação das provas.
 - **Planejamento Interno:** O Município fará o levantamento das vagas e cargos, conforme especificado na Lei Municipal nº 1.271/2025.
 - **Elaboração de Provas:** Profissionais da área educacional ou contratados temporariamente pelo Município serão responsáveis pela criação das questões, garantindo que atendam às especificações dos cargos ofertados.
 - **Logística:** O Município cuidará da logística de impressão e distribuição das provas, bem como da contratação de espaços e servidores para a aplicação das provas.
- **Preço Estimado:** Não haverá custo de contratação de terceiros, uma vez que os serviços serão executados internamente, mas serão necessários custos para a equipe interna, materiais e

infraestruturas necessárias (como locação de espaços e impressões). Os custos estimados serão principalmente com a contratação de pessoal temporário e a aquisição de materiais.

COMPARATIVO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA:

- **Solução 1: Serviços Integrados de Concurso Público**

A **Solução 1** oferece um pacote completo de serviços que cobre todas as etapas do concurso, desde o planejamento até a aplicação das provas, com o uso de tecnologia de ponta para garantir a segurança e a transparência do processo. A solução também maximiza a eficiência operacional, minimizando a complexidade administrativa e garantindo uma coordenação eficaz de todas as fases.

Em termos de custo-benefício, a **Solução 1** se destaca, pois o Município não precisará arcar com custos diretos, uma vez que os valores das inscrições cobrirão os custos totais dos serviços. A contratação de um serviço integrado também facilita a execução do concurso sem a necessidade de coordenação múltipla de fornecedores, garantindo mais eficácia e menos risco de erros.

Além disso, a **Solução 1** já foi adotada com sucesso por vários municípios do Estado do Ceará, como **Nova Olinda/CE, Câmara Municipal de Ubajara/CE, Martinópole/CE, Madalena/CE, Granja/CE, Mombaça/CE, Porteiras/CE, Acaraú/CE, Itapajé/CE, Salitre/CE**, entre outros. Estes municípios confirmaram a eficiência e os benefícios da solução, especialmente em termos de **eficiência operacional, transparência e redução de custos administrativos**, o que reforça a decisão do Município de Icó em adotar essa abordagem.

- **Solução 2: Serviços Modulares de Concurso Público**

A **Solução 2** oferece flexibilidade, permitindo que o Município contrate apenas os serviços necessários. Isso pode ser uma boa opção para municípios com orçamento restrito, pois permite selecionar módulos específicos e reduzir os custos. Contudo, essa solução exige um controle administrativo maior, já que diferentes fornecedores podem ser contratados para serviços distintos, aumentando a complexidade operacional e logística.

- **Solução 3: Execução Interna pelo Município**

A **Solução 3**, onde o Município organiza e executa o concurso internamente, oferece total controle sobre o processo seletivo e pode ser uma opção viável em termos de custo, caso o Município já possua estrutura e pessoal qualificado para realizar o concurso. Contudo, essa opção aumenta a carga administrativa e operacional para a Prefeitura, demandando mais tempo e recursos para garantir que todas as etapas sejam cumpridas com qualidade e dentro dos prazos.

Além disso, embora o custo direto com empresas externas seja minimizado, o Município precisará gastar com pessoal temporário, materiais, impressão e a infraestrutura necessária para a realização do concurso. O risco de não conseguir garantir a mesma eficiência operacional e qualidade de um serviço especializado também deve ser considerado.

LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Foram realizadas análises de contratações similares por outros órgãos públicos e privados, com foco em metodologias e tecnologias utilizadas para a realização de concursos públicos, tanto para serviços integrados quanto modulares, e até mesmo para a execução interna por parte das entidades. A pesquisa foi conduzida em nível nacional, e foram avaliados aspectos como custos operacionais, práticas recomendadas, e a satisfação dos contratantes e candidatos.

A pesquisa demonstrou que, em muitos casos, a **Solução 1** e a **Solução 2** são as opções mais eficientes e eficazes em termos de custo-benefício, especialmente considerando a complexidade e os riscos associados à realização de concursos. A **Solução 3**, embora viável em termos de controle, requer mais esforço administrativo e maior capacidade técnica interna para garantir a execução do concurso de forma eficaz e sem falhas.

Conclusão:

Diante da análise realizada e considerando os critérios de eficiência, custo-benefício, segurança e qualidade, a **Solução 1: Serviço Integrado de Concurso Público** se apresenta como a **única opção viável** para o Município de Icó. Isso se deve à avaliação de todos os custos envolvidos nas alternativas, considerando que a **Solução 1** oferece o melhor custo-benefício, sem demandar custos adicionais do Município, já que os valores das inscrições cobrirão os serviços prestados.

A **Solução 1** não apenas proporciona uma gestão mais eficiente e segura do concurso, mas também minimiza os riscos administrativos e logísticos, garantindo a realização do concurso de forma eficaz e sem sobrecarregar a estrutura interna do Município. Considerando a experiência de outros municípios do Estado do Ceará que adotaram essa solução com sucesso, fica claro que ela é a mais vantajosa, permitindo que o concurso seja conduzido de maneira profissional, transparente e dentro do orçamento disponível.

Portanto, a escolha da **Solução 1** reflete o compromisso com a qualidade do processo seletivo, com a transparência e a melhor aplicação dos recursos públicos, atendendo de maneira plena às necessidades do Município de Icó.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O município de Icó, localizado no interior do Estado do Ceará, possui um mercado de trabalho privado limitado, o que torna o serviço público uma alternativa extremamente valorizada pela população local. Em regiões como Icó, onde as opções de emprego privado são escassas, a estabilidade e a segurança proporcionadas pelos cargos públicos se tornam um atrativo significativo para os cidadãos. Dessa forma, espera-se que o número de inscritos no concurso público seja expressivamente alto, uma vez que a procura por vagas no serviço público tende a aumentar devido à valorização dessas oportunidades.

Estimativa de Inscritos e Preço das Taxas:

Com base nas projeções de demanda e no histórico de concursos anteriores em municípios com características semelhantes, foi realizada uma estimativa preliminar do número de candidatos para cada nível de escolaridade, levando em consideração a alta procura pelas vagas disponíveis.

O concurso público ofertará **88 vagas** distribuídas entre os níveis fundamental, médio e superior, conforme detalhado abaixo:

- **Nível Médio:** 71 vagas x 40 candidatos/vaga = **2.840 candidatos**
 - Valor estimado da taxa de inscrição: **R\$ 115,00**
- **Nível Superior:** 17 vagas x 40 candidatos/vaga = **680 candidatos**
 - Valor estimado da taxa de inscrição: **R\$ 140,00**

Total estimado de candidatos: 3.520 candidatos

Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 399.600,00 (trezentos e noventa e nove mil e seiscentos reais).

O valor total das taxas de inscrição será estabelecido com base nessas estimativas, visando cobrir integralmente os custos com a realização do concurso, incluindo todas as fases e procedimentos envolvidos.

Levantamento de Preços e Justificativa para o Valor das Taxas de Inscrição:

A equipe de planejamento do concurso, ao sugerir os valores das taxas de inscrição, levou em consideração um levantamento detalhado, com base em **contratações anteriores de concursos públicos** realizados em municípios semelhantes, tanto no Ceará quanto em outras regiões do Brasil. Além disso, foram realizadas consultas junto a **instituições especializadas** na organização de concursos públicos, para garantir que o valor proposto seja adequado às condições do mercado vigente e à realidade local.

Com a estimativa do número de candidatos, o valor das taxas de inscrição foi calculado de forma a cobrir todos os custos com a execução do concurso, como a elaboração das provas, impressão, logística, aplicação das provas, entre outros. Caso o número de inscritos ultrapasse a previsão, o **reequilíbrio do contrato** será realizado, garantindo que o valor da contratação seja ajustado de forma justa para ambas as partes, sem gerar prejuízo para a contratada.

Estimativa do Valor Total da Contratação:

O valor total da contratação será determinado com base no número de inscrições homologadas e no preço unitário de cada serviço, conforme detalhado na tabela de estimativa de inscrições. A pesquisa de preços foi realizada conforme a **Instrução Normativa 65/2021**, que determina que a estimativa de preços seja fundamentada em **contratações anteriores** ou similares, realizadas por entidades públicas que tenham realizado serviços equivalentes.

A metodologia de remuneração da instituição contratada estará diretamente vinculada à arrecadação proveniente das **taxas de inscrição**, de forma que não haverá ônus financeiro para o Município. Os valores arrecadados com as inscrições cobrirão totalmente os custos da execução do concurso, incluindo todos os serviços prestados pela empresa contratada.

Procedimentos de Pesquisa de Preços e Justificativa de Mercado:

RUA FRANCISCA ALVES DE MORAIS S/N, Nº SN - GERÊNCIA - CEP: 63.430-000
1º ANDAR

E-MAIL: admeфинancas@ico.ce.gov.br



Para a formação do preço estimado, foram observadas as seguintes diretrizes legais e metodológicas:

- **Pesquisa de Preços:** Foi realizada pesquisa de preços, conforme a Instrução Normativa 65/2021, com a obtenção de dados de, pelo menos, três contratações públicas similares. A pesquisa levou em consideração contratações de órgãos e entidades públicas que realizaram concursos com características semelhantes às do concurso de Icó, especialmente em municípios com economia e infraestrutura similar.
- **Cotações:** A pesquisa de mercado também incluiu a coleta de cotações junto a **instituições especializadas** que atuam na execução de concursos públicos. Essas cotações foram coletadas formalmente, para garantir a obtenção de valores atualizados e adequados ao mercado atual.

Garantia de Cobertura Financeira:

A estimativa de valor da contratação e os preços unitários propostos foram fundamentados para garantir que o Município de Icó não arcará com custos adicionais. Todos os custos do concurso, incluindo a remuneração da empresa contratada, serão cobertos integralmente pelas **taxas de inscrição**, o que assegura a viabilidade financeira do processo. Caso o número de inscritos ultrapasse as previsões, a administração compromete-se a realizar ajustes no contrato, sempre em conformidade com os princípios legais que regem a contratação pública, evitando assim qualquer ônus adicional para os cofres públicos.

Solicitação de Coleta de Preços e Cotações:

Em conformidade com a Instrução Normativa 65/2021, solicitamos ao setor de pesquisa que seja realizada a coleta de preços públicos de contratações anteriores ou similares, bem como a pesquisa de cotações com instituições especializadas. O resultado dessa pesquisa será fundamental para a elaboração do Termo de Referência e para o correto planejamento da licitação, garantindo que o valor estimado da contratação seja justo e esteja alinhado com as condições do mercado.

Conclusão:

A estimativa da contratação foi elaborada com base em uma análise criteriosa do número de vagas, da demanda esperada e dos custos envolvidos na realização do concurso. Com a definição das taxas de inscrição, o Município de Icó garante que a execução do concurso será financeiramente viável e sem ônus para a administração pública, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

8.1. As estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam em anexo a este Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme pesquisas realizadas pelo Setor de Compras da Central de Compras da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, de acordo com as normativas e a legislação vigente.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta visa atender à necessidade urgente de realização de concurso público para o município de **Icó/CE**, abrangendo todas as etapas necessárias para garantir a transparência, eficiência e legalidade do processo. A solução inclui a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços técnicos que englobam a elaboração, diagramação, impressão, logística, e todos os atos pertinentes à organização e aplicação das provas do concurso.

Escopo da Solução

A solução contempla a execução de um pacote completo de serviços que inclui:

- **Planejamento e Coordenação Geral:** Coordenação de todas as fases do concurso público, desde o planejamento inicial até a homologação dos resultados.
- **Elaboração de Provas:** Desenvolvimento de provas objetivas e práticas, conforme os cargos ofertados, com garantia de sigilo e segurança das informações.
- **Diagramação e Impressão:** Produção gráfica de provas e demais materiais necessários, garantindo qualidade e confiabilidade.
- **Logística de Aplicação:** Organização da logística para a aplicação das provas, incluindo a definição e preparação dos locais de aplicação, além da coordenação do pessoal envolvido.
- **Gestão de Inscrições e Atendimento aos Candidatos:** Gerenciamento das inscrições dos candidatos e atendimento a eventuais demandas durante o processo.

- **Segurança e Transparência:** Implementação de medidas de segurança para assegurar a integridade do processo seletivo e transparência em todas as fases.

Manutenção e Assistência Técnica

- **Manutenção:** Não há necessidade específica de manutenção continuada, uma vez que se trata de um serviço não contínuo. No entanto, a contratada deverá garantir a disponibilidade e funcionamento adequado dos sistemas utilizados para inscrições e para o gerenciamento do processo seletivo durante toda a vigência do contrato.
- **Assistência Técnica:** A contratada deverá prestar assistência técnica em tempo real para resolver qualquer problema técnico que possa surgir durante as fases de inscrição, aplicação de provas e divulgação de resultados, garantindo a fluidez do processo e a satisfação dos usuários envolvidos.

Tecnologias Utilizadas

A solução prevê a utilização de tecnologias avançadas para:

- **Segurança de Dados:** Criptografia e proteção dos dados dos candidatos e das provas.
- **Gerenciamento de Processos:** Plataformas de gestão que permitam o acompanhamento em tempo real de todas as etapas do concurso.
- **Automação de Processos:** Ferramentas para automação de tarefas repetitivas, como a correção de provas objetivas e a publicação de resultados.

Viabilidade Técnica e Econômica

A análise comparativa entre as soluções disponíveis indicou que a opção de contratar uma empresa especializada que ofereça um serviço integrado é a mais vantajosa para o município, tanto em termos técnicos quanto econômicos. Essa solução permite um controle mais eficaz das etapas do processo, minimiza riscos e garante um alto padrão de qualidade na execução do concurso público, além de ser a mais adequada em termos de economia de escala, reduzindo custos operacionais.

Impactos e Resultados Esperados

Espera-se que a execução desta solução contribua significativamente para a reestruturação do quadro de servidores municipais de **Icó/CE**, garantindo a eficiência dos serviços prestados à população. Além disso, a realização do concurso público dentro das normativas legais e com a utilização de tecnologias de ponta reforçará a confiança dos candidatos e da sociedade no processo seletivo. A aplicação dessa solução também proporcionará maior transparência e segurança, essenciais para um processo seletivo justo e eficiente.

Justificativas Técnica e Econômica da Escolha do Tipo de Solução

A escolha pela contratação de uma empresa especializada para fornecer um serviço integrado e completo é justificada pela necessidade de garantir a eficiência e a qualidade do processo. A centralização das atividades em uma única empresa permite um controle mais rigoroso sobre todas as etapas do concurso, desde a elaboração das provas até a divulgação dos resultados, evitando falhas de comunicação e aumentando a coesão entre os diferentes componentes do processo. Além disso, a adoção dessa solução integrada possibilita a negociação de condições mais vantajosas, tanto em termos financeiros quanto operacionais, além de garantir que as práticas ambientais e de sustentabilidade sejam implementadas de maneira eficaz. Essa abordagem é a mais adequada para o município de **Icó/CE**, pois permite a realização do concurso público com eficiência e segurança, minimizando custos e maximizando a transparência e a confiança do público no processo.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Natureza Indivisível da Prestação dos Serviços: A contratação dos serviços técnicos necessários à realização do concurso público é composta por um conjunto de atividades interdependentes, que exigem uma coordenação integral para garantir a eficiência e a coesão de todo o processo seletivo. As etapas que envolvem a elaboração, diagramação, impressão, logística e aplicação das provas não podem ser divididas sem prejudicar a sinergia entre as fases, o que comprometeria a qualidade e o cumprimento dos prazos.

A prestação dos serviços é **indivisível** devido à interdependência funcional das atividades. A falha na execução de uma fase impacta diretamente nas demais, comprometendo a sequência lógica do processo e o resultado final do concurso. A divisão dos serviços entre diferentes fornecedores geraria riscos operacionais, como atrasos, falhas na comunicação e perda de controle, além de dificultar a fiscalização.

Justificativa Técnica e Operacional para a Contratação Global: A contratação global de serviços, que engloba todas as etapas do concurso, promove **economia de escala** e **eficiência operacional**. A centralização da execução do processo seletivo em um único contrato permite uma **negociação mais vantajosa**, reduzindo custos administrativos e simplificando a gestão do processo. Além disso, a coordenação centralizada facilita a fiscalização pela Administração Pública, garantindo o cumprimento dos prazos e a conformidade com as normas estabelecidas.

Ao evitar o parcelamento, a Administração também reduz a complexidade administrativa associada à gestão de múltiplos contratos e à realização de diversos processos licitatórios. Isso diminui a carga burocrática e o risco de contratemplos devido à falta de integração entre as diferentes fases e fornecedores.

Aspectos Econômicos e de Eficiência: A divisão do processo em **parcelas** poderia gerar custos adicionais para a Administração, como a necessidade de **múltiplos processos licitatórios**, o que resultaria em maior **tempo e recursos administrativos** para gerenciar os contratos. Esses custos indiretos, somados aos riscos de **atrasos e falhas na execução**, fariam com que o parcelamento fosse contraproducente, contrariando o **princípio da economicidade**.

A contratação global garante que todos os serviços sejam prestados de maneira coordenada, o que não só assegura a eficiência na execução das etapas, como também facilita a **conclusão do concurso dentro dos prazos** estabelecidos, evitando impactos negativos na gestão pública local.

Prática Comum no Mercado e Fundamentação Legal: A contratação global é uma prática amplamente utilizada no mercado, especialmente em concursos públicos de grande porte, como o previsto para o município de Icó/CE. Ela permite uma **coordenação mais eficaz** e **garante a continuidade das etapas**, além de ser respaldada pela legislação pertinente, como o **art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/2021** e o **art. 9º, inciso VII da IN 58/2022**, que asseguram a execução eficiente e integrada dos serviços.

Além disso, o parcelamento da contratação poderia **viabilizar a execução de algumas etapas do concurso**, que dependem diretamente da finalização das fases anteriores, o que tornaria o processo inviável, atrasando ainda mais a realização do concurso e prejudicando o atendimento às necessidades do município.

Garantia de Qualidade e Transparência: A centralização do processo em uma única contratação facilita a **garantia de qualidade**, pois o fornecedor contratado terá a responsabilidade total sobre todas as etapas do concurso. O controle sobre cada fase será mais efetivo, com menos risco de **inconsistências** ou **falhas de comunicação**. A transparência na execução do contrato será também maximizada, uma vez que a Administração poderá acompanhar de forma contínua e integral o andamento de todas as atividades do concurso.

Alinhamento aos Princípios da Administração Pública: A decisão pela **não adoção do parcelamento** está diretamente alinhada aos princípios da **eficiência**, **economicidade** e **transparência**, que são fundamentais para a Administração Pública. A contratação global assegura uma **execução eficaz**, minimizando custos e riscos, e garantindo que todas as etapas do processo seletivo sejam realizadas de acordo com as normas e prazos estabelecidos.

A análise técnica e operacional da contratação dos serviços para a realização do concurso público no município de Icó/CE demonstra de forma clara que a **não adoção do parcelamento** é a solução mais adequada para garantir a execução eficiente e integrada das diversas fases do concurso. A centralização dos serviços em um único contrato assegura maior **coerência**, **controle** e **qualidade** no processo, além de ser respaldada pelos princípios legais e pela **prática comum** no mercado.

Ao seguir essa abordagem, o município de Icó/CE pode garantir um concurso público bem-sucedido, sem os riscos associados à fragmentação dos serviços, respeitando os prazos e a eficiência exigidos pela Administração Pública.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos, em termos de **efetividade** e **desenvolvimento nacional sustentável**, conforme o **Art. 18, § 1º, Inciso IX, da Lei 14.133/2021**, deve abordar a maneira pela qual a contratação visa atingir resultados que não apenas atendam às necessidades imediatas do concurso público, mas também contribuam para os princípios mais amplos da Administração Pública, incluindo a promoção da sustentabilidade e da efetividade na utilização de recursos.

1. Efetividade:

A **efetividade** diz respeito à capacidade da contratação de alcançar os objetivos estabelecidos de maneira satisfatória e eficiente. No caso da realização do concurso público, os resultados pretendidos envolvem garantir que o processo seletivo seja conduzido de forma transparente, dentro dos prazos estipulados, com a máxima qualidade possível na elaboração, execução e finalização das provas.

Para isso, os **resultados efetivos** do concurso devem ser avaliados com base em diversos parâmetros de desempenho, como:

- **Cumprimento dos prazos:** A execução das atividades de forma pontual, desde a elaboração do edital até a homologação do resultado final, sem prejudicar o funcionamento dos serviços públicos municipais.
- **Qualidade do processo seletivo:** A elaboração e aplicação das provas deve ser realizada com rigor técnico, assegurando que o processo de seleção dos candidatos seja justo, claro e eficiente.
- **Satisfação dos candidatos e da Administração Pública:** A transparência nas etapas do concurso e a comunicação adequada com os candidatos refletem a **efetividade** na condução do certame.

A **efetividade** na realização do concurso público não se limita à simples execução das etapas, mas também à obtenção de resultados que atendam as necessidades do município de Icó/CE, com a produção de um quadro de servidores bem capacitados para o exercício das funções públicas.

2. Desenvolvimento Nacional Sustentável:

O **desenvolvimento nacional sustentável** é um conceito que abrange a implementação de práticas que atendam não apenas às necessidades presentes, mas também que considerem os impactos econômicos, sociais e ambientais a longo prazo. O **Art. 18, § 1º, Inciso IX, da Lei 14.133/2021**, exige que as contratações públicas considerem práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos objetivos de promoção da **responsabilidade social e ambiental**.

No contexto do concurso público, isso pode ser alcançado de várias formas, como segue:

a) Responsabilidade Ambiental:

A Administração Pública pode promover práticas sustentáveis na execução do concurso, como:

- **Redução do uso de papel:** A utilização de plataformas digitais para inscrições, divulgação de resultados e recursos pode minimizar o uso de materiais impressos, contribuindo para a redução de impactos ambientais.
- **Escolha de fornecedores sustentáveis:** Selecionar empresas que sigam normas ambientais e que possuam práticas de gestão ambiental eficientes, como o uso de materiais recicláveis para impressão de provas, ou que adotem medidas de compensação de carbono.

b) Responsabilidade Social:

O desenvolvimento sustentável também envolve o **compromisso social**. A contratação deve considerar empresas que promovam boas condições de trabalho para seus empregados e que respeitem os direitos trabalhistas. Além disso, deve-se garantir a **inclusão social** no concurso público, com a disponibilização de condições adequadas para candidatos com deficiência e a oferta de isenções de taxas para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

c) Eficiência Econômica:

Além das práticas ambientais e sociais, o desenvolvimento sustentável também se relaciona à **eficiência econômica**. A contratação de uma solução integrada e global, ao invés de um parcelamento dos serviços, visa **reduzir custos administrativos, otimizar recursos financeiros e maximizar a utilização dos recursos disponíveis**. Isso implica em uma utilização mais eficaz do orçamento público, com menos dispersão de esforços e maior controle sobre as despesas.

A contratação de uma empresa capaz de realizar todas as etapas do concurso, desde a elaboração do edital até a homologação final, sem a fragmentação dos serviços, também contribui para a **sustentabilidade econômica**, pois evita o desperdício de recursos em múltiplos contratos, além de reduzir a burocracia administrativa associada ao processo.

d) Contribuição para a governança e fortalecimento das instituições públicas:

Ao adotar práticas de **transparência, responsabilidade e compromisso com o meio ambiente e a sociedade**, a Administração Pública contribui para o **fortalecimento institucional** do município. Este tipo de contratação busca **qualificar** a gestão pública, promovendo a **eficiência** nos processos administrativos e a **credibilidade** perante os cidadãos e a sociedade.

Conclusão:

Portanto, a contratação dos serviços técnicos para a organização e realização do concurso público no município de Icó/CE, de acordo com o **Art. 18, § 1º, Inciso IX, da Lei 14.133/2021**, busca garantir resultados tanto em termos de **efetividade** quanto de **desenvolvimento nacional sustentável**. A efetividade se reflete no cumprimento rigoroso dos objetivos do concurso, assegurando um processo seletivo eficiente e transparente. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é promovido através de práticas que minimizam impactos ambientais, asseguram a responsabilidade social e garantem a eficiência econômica, sempre alinhados com os princípios da Administração Pública. Dessa forma, a contratação contribui para a sustentabilidade e a melhoria da gestão pública no município de Icó, refletindo benefícios de longo prazo para a população e para o Estado.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da celebração do contrato para a organização e realização do concurso público, a Administração Pública deverá adotar um conjunto de providências que garantam a efetividade da contratação, assegurando a conformidade legal, a transparência e a eficiência na execução contratual. Essas ações são fundamentais para preparar o ambiente organizacional, garantir que os servidores responsáveis pela fiscalização estejam capacitados, e cumprir com as determinações judiciais que possam impactar o processo. A seguir, detalham-se as providências necessárias a serem adotadas, conforme estabelecido pelo **Art. 18, § 1º, Inciso X, da Lei 14.133/2021**.

1. Capacitação de Servidores para Fiscalização e Gestão Contratual

A capacitação contínua e eficaz dos servidores municipais responsáveis pela **fiscalização e gestão do contrato** é imprescindível para garantir a execução adequada do concurso público e o cumprimento das obrigações contratuais. Para isso, a Administração Municipal de Icó deverá:

- **Realizar treinamentos específicos** para os servidores que atuarão diretamente na gestão e fiscalização do contrato, com ênfase em **legislação de licitações, gestão de contratos administrativos, práticas de fiscalização eficazes e uso das metodologias de acompanhamento de execução contratual**.
- **Incluir o acompanhamento das melhores práticas de governança pública**, para assegurar que os processos administrativos sejam realizados com eficiência, ética e transparência.
- **Promover simulações práticas** para a gestão contratual, visando a resolução de possíveis problemas e a interpretação correta das cláusulas contratuais.

Esses treinamentos devem garantir que os servidores compreendam as obrigações da contratada, os prazos estabelecidos e as consequências de descumprimentos contratuais.

2. Adequação do Ambiente Organizacional

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal de Icó deverá realizar ajustes no ambiente organizacional para garantir a plena execução do concurso público. Tais ajustes incluem:

- **Revisão da estrutura organizacional** para garantir que a área responsável pela execução do concurso público tenha recursos e capacidades adequadas.
- **Alocação de recursos materiais e humanos** necessários para dar suporte à contratação, como a criação de uma unidade dentro da Prefeitura para gerenciar o concurso, ou a designação de equipe temporária ou específica para a função.
- **Atualização das ferramentas tecnológicas**, incluindo sistemas informatizados para o processo de inscrição, correção de provas, acompanhamento de recursos e resultados, garantindo que o concurso seja realizado de forma eficiente e transparente.

Além disso, a Administração Municipal de Icó deverá estar preparada para monitorar todas as fases do processo seletivo, desde a elaboração do edital até a homologação final, e garantir que as providências necessárias para a operacionalização do concurso estejam adequadamente preparadas.

3. Adequação às Determinações Judiciais

Dado que a reestruturação do quadro de servidores do município de Icó pode ter sido determinada em um **Termo de Ajuste de Conduta (TAC)** ou por decisões judiciais, a Administração Pública precisará tomar medidas para alinhar as providências pré-contratuais com essas determinações. Para tanto, a administração deverá:

- **Cumprir rigorosamente as determinações judiciais**, que podem envolver ajustes na forma como a contratação será feita, ou a revisão de documentos e processos administrativos do concurso, garantindo que todos os requisitos legais sejam atendidos.
- **Reestruturar o quadro de servidores**, conforme as decisões judiciais e ajustes acordados no TAC, para garantir que a equipe responsável pela gestão do concurso público esteja dentro dos parâmetros exigidos pelos órgãos de controle.
- **Alinhar os processos internos** com as recomendações e exigências dos órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público, para garantir que todas as etapas do concurso sejam executadas de forma adequada e legal.

4. Elaboração de Documentação Necessária

Antes da celebração do contrato, é necessário elaborar e organizar toda a documentação que assegure a **transparência** e a **legalidade** do processo de contratação. Isso inclui:

- **Documentação completa do processo licitatório**, que deve estar em conformidade com a **Lei 14.133/2021** e ser arquivada de forma adequada para garantir que o processo seja auditado e fiscalizado corretamente.
- **Relatórios detalhados** sobre as etapas da contratação, como os critérios de seleção da empresa contratada, os prazos e as condições acordadas no contrato.
- **Atas de reuniões e decisões tomadas** durante as fases preparatórias e negociações, para garantir que todos os envolvidos no processo tenham plena transparência sobre o andamento da contratação e das decisões.

A documentação deve estar organizada de forma a permitir o acompanhamento do processo por órgãos de controle e a transparência perante a sociedade.

5. Coordenação com Órgãos de Controle e Fiscalização

A Administração Municipal de Icó deverá estabelecer uma comunicação eficaz e contínua com os **órgãos de controle interno e externo**, como a **Controladoria Geral do Município**, **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, **Ministério Público**, e outras entidades pertinentes, para garantir a **conformidade e transparência** na execução do contrato. As ações incluem:

- **Estabelecer canais de comunicação** claros e diretos com os órgãos de fiscalização, garantindo que qualquer irregularidade ou descumprimento contratual seja rapidamente identificado e corrigido.
- **Compartilhar documentos e relatórios periódicos** de acompanhamento da execução do contrato, incluindo resultados parciais e finais, com as autoridades competentes.
- **Realizar auditorias internas e externas** durante o período de execução do concurso, para avaliar a eficiência dos processos e identificar possíveis falhas ou áreas de melhoria.

Além disso, a Administração Municipal de Icó deverá garantir que todas as ações de fiscalização estejam alinhadas com os **princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei 14.133/2021.

Essas providências são essenciais para garantir a **efetividade** da contratação e a **transparência** no processo de realização do concurso público no município de Icó/CE. A capacitação dos servidores, a adequação do ambiente organizacional, o cumprimento das determinações judiciais, a organização da documentação e a coordenação com órgãos de controle são medidas fundamentais para que a Administração Pública atenda aos requisitos legais da **Lei 14.133/2021** e cumpra seus objetivos de forma eficiente e sustentável.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Após uma análise detalhada do planejamento para a realização do concurso público no município de **Icó/CE**, conclui-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar a execução do processo de seleção. Isso significa que a futura contratação dos serviços de organização e aplicação do concurso poderá ser realizada de forma **autônoma**, sem a necessidade de ajustes ou considerações adicionais em relação a outras contratações em andamento.

Justificativa:

A realização do concurso público em Icó não depende de outras contratações ou serviços interligados que possam gerar conflito ou sobrecarga nos recursos e nas estruturas já existentes. A **autonomia** da

contratação do concurso permite que todas as etapas, desde a elaboração do edital até a homologação final dos resultados, sejam planejadas e executadas sem interferências externas ou dependências de outras contratações.

Impactos Positivos da Autonomia na Contratação:

1. **Simplificação do Planejamento e Execução:** A ausência de contratações correlatas elimina a necessidade de coordenar e alinhar prazos e condições com outros serviços, o que facilita o gerenciamento da execução do concurso público. Dessa forma, o foco pode ser totalmente direcionado à qualidade e eficiência da realização do certame, garantindo que todas as fases sejam conduzidas com a máxima organização.
2. **Agilidade no Cumprimento de Prazos:** Sem depender de outras contratações, a Administração Municipal de Icó tem maior flexibilidade para cumprir os prazos estabelecidos no cronograma, sem riscos de atrasos ou necessidade de ajustamentos decorrentes de dependências com outros contratos.
3. **Redução de Riscos Operacionais:** A autonomia da contratação reduz o risco de falhas de comunicação e gestão entre diferentes contratados. Com a centralização do processo em uma única empresa, fica mais fácil garantir a continuidade e a consistência das ações, evitando possíveis erros de integração ou descoordenação que poderiam comprometer o sucesso do concurso.
4. **Otimização dos Recursos:** A execução independente do concurso permite uma alocação mais eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros, sem a sobrecarga com outras demandas ou a necessidade de redistribuição de esforços para atender a outras contratações paralelas.

O fato de não haver contratações correlatas e/ou interdependentes para o concurso público em Icó é uma vantagem significativa, pois assegura que o processo será conduzido de maneira eficiente e sem obstáculos adicionais. A contratação autônoma do serviço de organização e aplicação do concurso permite à Administração Pública de Icó focar integralmente na execução do concurso, garantindo que ele seja realizado de forma transparente, com qualidade, e dentro dos prazos estabelecidos.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação dos serviços para a organização e realização do concurso público no município de Icó/CE envolve diversas atividades administrativas que, embora essenciais para a execução do certame, podem gerar impactos ambientais, ainda que limitados. Com o intuito de minimizar esses impactos e garantir que a execução do concurso público esteja alinhada aos princípios da **sustentabilidade** e às **normas ambientais vigentes**, foram identificados possíveis impactos ambientais e estabelecidas medidas mitigadoras, conforme descrito a seguir:

Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Aspecto	Descrição	Medidas Mitigadoras
Consumo de Papel e Recursos Naturais	A impressão de grande quantidade de provas, formulários e outros materiais administrativos pode resultar em um consumo elevado de papel, impactando diretamente a demanda por recursos naturais, como a madeira.	- Uso de papel comum de boa qualidade, preferencialmente de fontes certificadas, sem comprometer a legibilidade.
		- Adoção de impressão frente e verso , visando reduzir o consumo de papel.
Geração de Resíduos Sólidos	A logística envolvida na distribuição e no manuseio das provas pode gerar resíduos sólidos, como papel inutilizado, embalagens e materiais descartáveis usados	- Implementação de logística reversa para recolhimento e reciclagem dos resíduos.

Aspecto	Descrição	Medidas Mitigadoras
	nos locais de aplicação das provas.	
		- Incentivo à reciclagem e destinação correta dos resíduos , conforme diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do município de Icó, se houver.
Consumo de Energia e Recursos durante o Evento	A realização das provas em espaços físicos pode resultar em consumo significativo de energia elétrica, água e outros recursos, especialmente em locais onde a infraestrutura não é otimizada para o baixo consumo desses recursos.	- Seleção de locais com eficiência energética, que utilizem equipamentos de baixo consumo de energia e água.
		- Implementação de práticas para redução do consumo de água e energia , incluindo a instalação de iluminação LED , controle rigoroso do uso de recursos e incentivo ao uso consciente.
Campanha de Sensibilização Ambiental	A realização de eventos com grandes quantidades de participantes pode gerar impactos relacionados ao comportamento dos participantes , como o descarte inadequado de resíduos e o uso excessivo de materiais descartáveis.	- Realização de uma campanha de conscientização ambiental com todos os envolvidos no concurso, incluindo participantes e organizadores.
		- Promoção de práticas sustentáveis como o descarte correto de resíduos e a redução do uso de materiais descartáveis .
Monitoramento e Avaliação	A implementação das medidas mitigadoras exige acompanhamento para garantir sua efetividade e identificação de oportunidades de melhoria.	- Monitoramento contínuo do impacto ambiental das atividades do concurso.
		- Elaboração de relatórios periódicos sobre a eficácia das medidas mitigadoras, com ajustes sendo feitos conforme necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade.

Justificativas das Medidas Mitigadoras

1. **Consumo de Papel e Recursos Naturais:** A impossibilidade de usar papel reciclado devido à questão da legibilidade foi considerada, optando-se pelo uso de **papel comum de boa qualidade**,

RUA FRANCISCA ALVES DE MORAIS S/N, Nº SN - GERÊNCIA - CEP: 63.430-000
1º ANDAR

E-MAIL: admeфинancas@ico.ce.gov.br

Fls. 27
e a R
ticaubrica

-

Operacionalmente, a contratação também se revela viável, uma vez que a empresa contratada poderá gerir o processo de forma integrada e autônoma, sem a necessidade de coordenação com outras contratações correlatas. A ausência de interdependências facilita a gestão do contrato e assegura que todos os recursos estarão focados exclusivamente na execução do concurso, minimizando os riscos de atrasos e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos.

E-MAIL: admefinancas@ico.ce.gov.br

municipal e permite uma gestão financeira autossustentável, com a possibilidade de criação de um fundo de reserva para contingências, garantindo maior segurança orçamentária e flexibilidade para imprevistos.

A contratação atende de forma adequada à necessidade de reestruturação do quadro de servidores do município, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 1.271, de 11 de fevereiro de 2025, que prevê a substituição de servidores temporários e comissionados por servidores efetivos. Esse concurso público contribuirá para a regularização da administração municipal e o fortalecimento dos serviços públicos prestados à população.

Em conclusão, a contratação para a organização e aplicação do concurso público em Icó/CE é plenamente viável e adequada. A solução proposta atende aos critérios técnicos, operacionais, orçamentários e legais, garantindo que o processo seletivo será conduzido de maneira eficiente, sustentável e em conformidade com a legislação vigente. A contratação, portanto, é recomendada como a melhor solução para atender à necessidade identificada, contribuindo significativamente para a melhoria da gestão pública no município de Icó/CE.

Autorizado por:

Icó – CE, 09 de Abril de 2025.



FRANCISCO EDSON FACÓ BEZERRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS